

NAS MARGENS DA MARGEM: GÉNERO NORMATIVO, GÉNERO SUBVERSIVO E CONTEXTO EPOCAL EM PERSONAGENS FEMININAS DE CLARICE LISPECTOR

ON THE MARGINS OF THE MARGIN: NORMATIVE GENRE, SUBVERSIVE GENRE AND EPOCHAL CONTEXT IN CLARICE LISPECTOR'S FEMALE CHARACTERS

Maria do Rosário Neto Mariano

Centro de Literatura Portuguesa

Universidade de Coimbra

RESUMO

O presente trabalho visa, por um lado, aprofundar a relação entre diferentes fatores culturais, sociológicos, histórico-simbólicos e a existência de uma efetiva normatividade de género, tradicionalmente impositiva de estatutos, papéis e atitudes, mas com fraca fundamentação bio-psíquica. Por outro lado, debruçar-se-á sobre o estatuto da mulher brasileira burguesa e tendencialmente urbana, na época da escritora Clarice Lispector, analisando posteriormente, em alguns textos desta autora, marcas do género normativo e do género subversivo relativamente a personagens femininas em situações de margem, numa sociedade claramente determinada pelas normas e o poder masculinos.

Palavras-chave: margem/marginalidade, genderização, norma, passividade, subversão

ABSTRACT

This paper aims, on the one hand, to deepen the relationship between a number of cultural, sociologic and historic-symbolic factors and the existence of an effective gender normativity, traditionally linked to the imposition of statuses, roles and attitudes, albeit with hardly any biopsychic foundation. On the other hand, the status of Brazilian bourgeois, mostly

urban, women during Clarice Lispector's lifetime will also be addressed by analyzing her texts and finding therein traces of the normative and subversive genres, as reflected on female characters living on the margins of society, within a social order clearly defined by masculine power and norms.

Keywords: margins/marginality, engendering, norms, passiveness, subversion

À luz da categorização adotada em diversos Estudos feministas norte-americanos, torna-se necessário distinguir claramente sexo biológico, de gênero, relativos quer ao feminino, quer ao masculino. O primeiro, congênito, caracteriza-se por atributos identificáveis anatômica e biologicamente; o segundo, ou seja, aquele que, de modo mais ou menos consensual constitui o gênero, é essencialmente uma construção sociocultural dependente ou condicionada por fatores tais como espaços geográficos, diversas cartografias civilizacionais, nomadismo ou sedentarismo, regimes e sistemas políticos vigentes, formas epocais de organização social, diferentes práticas de poder e de influência e sua relevância, enfim, o desenvolvimento de complexas e mais ou menos abrangentes redes de relações sociais e familiares ao longo dos séculos.

Enquanto categoria essencialmente cultural, o gênero é, assim, suscetível de ser desconstruído pela História, a Sociologia, a Psicanálise, os Estudos Culturais, as Ciências Biomédicas, entre outras áreas do Conhecimento. Além disso, estas constituem um excelente ponto de partida para o estudo crítico da evolução das relações entre sexos ao longo da História, das teorias às práticas, das representações mitológico-simbólicas às literárias, artísticas ou etnográficas e, sobretudo, familiares e linguísticas, sendo as instâncias da

linguagem verdadeiramente fundacionais e decisivas¹ – já que são claramente estruturantes e estabelecem ligações entre esferas privada e pública, micro e macro- poderes, indivíduo, sociedade civil e poder político.

Por outro lado, falar de diferenciação de gênero significa também falar de relações de poder e de parâmetros normativos nas sociedades tradicionais (patriarcais e sexistas), com vista a uma regulamentação dos espaços, esferas e domínios em que cada gênero se deve situar e exercer poder e influência. Na realidade, o objetivo inequívoco consiste em neutralizar a ameaça que a mulher – esse eterno *Outro*, estrangeira e “outsider” a um tempo, soberana ancestral de um reino noturno de potências misteriosas e sombrias – sempre representou para o psiquismo masculino, pretensamente diurno e solar, garante da ordem e da racionalidade.

No seu estudo intitulado *Les Femmes et les silences de l’Histoire*, Michelle Perrot enuncia a pertinente questão do medo masculino face ao contrapoder representado pela mulher, identificando ainda algumas das causas desse sentimento e seus avatares, particularmente marcante ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, por via de mutações histórico-civilizacionais muito concretas e determinantes:

Sur quoi repose cette peur du pouvoir des femmes, dans la famille, l’histoire et la société? En mettant la sexualité au cœur de sa recherche, la psychanalyse tente de répondre à la question. Le sentiment, si angoissant, de l’altérité féminine, fait fondamental, a été renforcé au XIX^e siècle par la volonté même de division sexuelle des rôles, des tâches, des

1 Vejam-se designadamente as teorias de Joan Scott, Deborah Cameron e Gayatri Spivak, acerca destas questões.

espaces, par le refus de la mixité qui aboutit à une ségrégation sexuelle plus vive. L'éloignement accroît le sentiment d'étrangeté. Enfin, cette peur se nourrit des conquêtes féminines du XIX^e siècle, de cette poussée continue qu'exercent les femmes dans tous les domaines des savoirs et des pouvoirs et dont le féminisme n'est que l'expression la plus aigüe. Il s'ensuit une crise d'identité sexuelle des hommes dépossédés de leurs prérogatives, crise récurrente, mais qui a, sans doute, atteint un paroxysme au début du XX^e siècle. Elle entraîne une double réaction: de misogynie traditionnelle (obscénité, dérision, sarcasme, caricature en sont les formes les plus banales) et d'anti-féminisme raisonné. (Perrot, 1998: 216)

Impunha-se, em consequência, conter esse fluxo de subversão e conquistas protagonizado por um número crescente de mulheres, das classes burguesas ao operariado, dirigindo todo o seu considerável e temível potencial, quer para a função maternal e educacional no seio da família, quer para a função filantrópica ou de trabalho social desenvolvida em diversos setores e instituições da sociedade civil.² Nesse sentido, o sistema androcático salvaguardava insidiosamente, da área de influência e de ação das mulheres, aquela que constituía a esfera pública e “masculina” por excelência, nos seus diferentes domínios judicial, diplomático e financeiro, para além das prestigiadas carreiras académica, científica e médica, sendo-lhes vedadas ou muitíssimo dificultadas.

Contudo, era necessário fazer algumas concessões que dessem às mulheres uma aparência de abertura e espírito progressista, mas as reformas decisivas nas estruturas institucionais da sociedade e na sua

2 Sobre aspetos educacionais e laborais relativos à mulher, como reflexo dos preconceitos da mentalidade vigente na época, vejam-se os estudos de Françoise Mayeur, Joan Scott e Michelle Perrot, in Duby e Perrot (1994).

organização laboral haviam-se mantido letra morta, após os fulgores revolucionários de finais do século XVIII e inícios de oitocentos.

Por conseguinte, à lição de Rousseau,³ bem como de outros notáveis enciclopedistas mas conservadores no tocante à divisão de sexos e sua pretensa fundamentação filosófica, viria associar-se um discurso médico acentuadamente normativo, que introduzia o tópico da mulher-enferma ou das alegadas e inúmeras patologias femininas como características endémicas, as quais a sobredeterminariam nos planos fisiológico e psíquico. Assim, à pedagogia da mulher-mãe e esposa em exclusividade, aliava-se agora a profilaxia pelas atividades filantrópicas a tempo parcial. Mais do que nunca, o sexo feminino sofre uma biologização que o aprisiona, sob a alçada das “conclusões” científicas da época, nas redes da fisiologia, da patologia e da sexualidade,⁴ reforçando-se paradoxalmente pela ciência a sua ancestral condição estigmática.

Estigmatizada pelos discursos das diferentes áreas do saber, alegadamente cativa da sua idiosincrasia sexual, refém de um género normativo que lhe impõe funções, espaços, papéis e comportamentos incompatíveis com o exercício de uma cidadania real e politicamente interventiva, a mulher entra no século XX sem ter ainda conquistado o direito de voto. Será somente a título individual ou em pequenas associações que logrará atingir aquilo que pode designar-se por género subversivo – fruto de lutas e reivindicações incansáveis, mas sobretudo da conjugação de vontades e esforços, bem como do exercício determinado e resiliente de uma série de contrapoderes. Do domínio familiar e privado ao profissional e público, tais

3 De J-J Rousseau, veja-se o volume V de *Émile ou de l'éducation*. Outros estudos atuais sobre esta temática: Laqueur (1992) Fouque (2004).

4 Acerca desta problemática, refira-se o estudo de Geneviève Fraisse, “Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos”, in Duby e Perrot, 1994: 59-95.

poderes claramente subvertiam normas, práticas e princípios preconizados pelo discurso bem-pensante e pseudo-esclarecido do poder oficial, exclusivamente masculino e caracterizado pelo reacionarismo, o sexismo e, não raras vezes, a misoginia mais ou menos agressiva. A filósofa Élisabeth Badinter⁵ tem dedicado uma parte substancial da sua obra ao estudo exaustivamente documentado destas questões, prosseguindo e amplificando a obra pioneira e decisiva de Simone de Beauvoir, intitulada *Le Deuxième Sexe*.

O estigma do “feminino” persistia, e em certos setores e ideologemas (para além das ideologias retrógradas que o expressam assumidamente) subsiste ainda nas sociedades contemporâneas, mesmo as ocidentais, ainda quando somente no plano subliminar e simbólico presente no Imaginário coletivo.

Erving Goffman (1975: 11-55), numa conhecida obra sobre os estigmas, perspetivados em algumas das suas repercussões psicossociais, desenvolve reflexões sobre aspetos marcantes tais como o “descrédito” recorrente, endémico que determinados grupos de indivíduos, de algum modo conotados com posições ou estatutos de margem – judeus, mulheres, negros, homossexuais, portadores de deficiência –, continuam a suportar por parte da sociedade ou, na melhor das hipóteses, a sua identificação, por parte dos grupos dominantes, com uma condição de pessoas potencialmente “desacreditáveis”.

Dáí que a mulher, a par de outras categorias de indivíduos estigmatizados, tenha de confrontar-se com dois tipos de identidade: a pessoal e a social; no caso específico da mulher, a identidade social está relacionada com características incluídas no género feminino norma-

5 Desta autora, sobre este conjunto de questões, deverão ter-se em conta, sobretudo, as obras: *L'amour en plus: Histoire de l'amour maternel – XVIIe- XXe siècle*. 2001, e *Le Conflit – la femme et la mère*, 2011.

tivo e associada a um conjunto de experiências disfóricas decorrentes de uma genderização, ou delimitação de gêneros, ditada por múltiplos preconceitos e medos atávicos, conscientes ou não. O estigma, congênito e arbitrário nos seus fundamentos, tem funcionado assim como atributo de gênero e falso argumento para a menorização e marginalização a que a mulher tem sido votada,⁶ relativamente às práticas de uma cidadania política ou civil ativa e relevante.

Voltando agora o foco para a condição da mulher brasileira das classes burguesas, em finais de século XIX e primeira metade do século XX, ela aproxima-se bastante, nas suas linhas gerais, da condição da mulher europeia contemporânea – sobretudo nos países meridionais – e pertencente a estratos sociais homólogos. Essas linhas consistem em: prevalência massiva de profissões e tarefas toleradas pelo seu teor semiprivado e altruísta, tradicionalmente associadas ao seu sexo e englobadas naquilo que então se identificava como funções de “maternidade social”; pressão sistemática no sentido da escolha do casamento e da maternidade, correlativa da marginalização do celibato e da ausência de prole; pedagogia de atitudes pretensamente configuradas pelo gênero feminino, ou seja, secundarização e submissão face ao homem, passividade, domesticidade, sedentarismo, valorização da afetividade e da emotividade em detrimento da racionalidade; em paralelo, a menorização clara de carreiras e outras modalidades laborais, sistematicamente consideradas como acessórias e declináveis em caso de exigência ou simples vontade do cônjuge masculino; enfim, exaltação dos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher e figurados na imagem quase imaterial do “anjo do lar”, em harmonia com a cartilha arcaica e reacionária da complementaridade dos sexos e funções na comunidade social.

6 Sobre estes aspetos discriminatórios, veja-se ainda Carling, 1962.

Num estudo sobre “Trabalho feminino e sexualidade”, integrado numa obra dedicada à história das mulheres no Brasil, Margareth Rago (in Del Priore e Bassanezi, 2002: 581-582) escreve, referindo-se às primeiras décadas do século XX:

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões. Não socializar informações importantes era uma boa estratégia, e os homens se valiam dela procurando preservar seu espaço na esfera pública e desqualificar o trabalho feminino.

Também no setor secundário, com o enorme incremento da industrialização no Brasil a partir dos anos trinta, mulheres e crianças, que até aí haviam constituído grande parte da mão-de-obra barata, são afastadas em benefício dos homens, representando em 1950 apenas 23% da população fabril. Na realidade, as elites intelectuais e políticas das primeiras décadas do século XX, sob a perene influência das doutrinas de Rousseau e das normas preconizadas por médicos e higienistas da época, procuraram ativamente reorientar as mulheres para uma posição de margem na esfera profissional e, sobretudo, no processo global de modernização em curso nos principais centros urbanos, à imagem do que ocorria na Europa e nos Estados Unidos.

Essas elites acreditavam que a profissionalização feminina, sobretudo em áreas diferenciadas, científicas ou artísticas, mais ligadas à exigência de uma carreira, constituía uma ameaça para a preservação da família, colocando em perigo a moral social e a própria raça, já que a prole se ressentiria necessariamente da presença menos assídua dos cuidados e ensinamentos maternos. Por outro lado, temia-se que a mulher afrouxasse os laços com o casamento e a maternidade, considerados o verdadeiro “el Dorado” da realização feminina e panaceia para todo o mal-estar psicossocial manifestado por muitas mulheres. Assim, as mulheres que optavam por desempenhar profissões tradicionalmente atribuídas aos homens eram objeto sistemático de censura por parte do moralismo conservador e eugenista dominante na época (in Del Priore e Bassanezi, 2002: 588-589), que assim tentava restabelecer a ideologia da “maternidade cívica” como missão nacional, ao mesmo tempo que se pretendia relegar a mulher para a esfera privada, à margem dos centros de decisão e de produção de saber e das contestações e lutas travadas nas arenas feministas, divulgadas em diversos periódicos⁷ dessas primeiras décadas de novecentos. No entanto, sobretudo a partir da década de 50, a mulher brasileira vai progressivamente conquistando lugares no espaço público, destacando-se em áreas estrategicamente anexadas pelos homens, não obstante a que se mantenha dominante a mentalidade sexista no tocante ao trabalho feminino e à moral sexual no seio da sociedade e da família, como atesta uma outra historiadora da condição da mulher brasileira, Carla Bassanezi (in Del Priore e Bassanezi, 2002: 608-609):

7 Uma das revistas femininas mais lidas na década de 50, denominada *Jornal das Moças*, veiculava regularmente os preconceitos e pressupostos ideológicos mais conservadores, com o intuito de neutralizar nas suas “formandas” possíveis tendências subversivas ou comportamentos considerados menos próprios.

Na família-modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da *feminilidade*, como instinto maternal, pureza, resignação e doçura.

É a partir deste contexto ideológico, moral e social, mas subvertendo-o profunda e singularmente, que a escritora brasileira Clarice Lispector construirá as suas personagens femininas, quer as protagonistas – que de algum modo se sublevam, instaurando na/ou contra a ordem masculina ancestral e normativamente dominante uma ordem subversiva e um contrapoder definitivo ou intermitente, no seio de uma estrutura familiar conservadora_, quer as personagens secundárias, premeditadamente apagadas, submissas e convencionais, passivamente integradas ou resignadas à ordem social vigente, com as suas rígidas distinções de género e consequente genderização dos diferentes papéis nas esferas pública e privada.

Na sua quase totalidade, as personagens femininas clariceanas movem-se numa geografia mais ao menos limitada, circunscrita aos espaços da casa ou aos itinerários exteriores, em geral urbanos, complementares das suas funções conjugais, maternais e domésticas, podendo, contudo, transpô-los pontualmente e aventurar-se nos amplos, livres e pletóricos espaços da natureza tropical.

Assim, não será em empresas, laboratórios, universidades, academias de arte ou redações de jornal que iremos encontrá-las, mas em espaços mais convencionalmente ligados à mulher e ao universo dito feminino, em paralelo com a realidade sociológica mais relevante nas décadas de 40 a 60, durante as quais a autora escreve a maior parte da sua obra literária. É nesses espaços improváveis que Lispector irá instaurar acontecimentos marcantes, amiúde de ordem epifânica, fusão

do amor pela vida maior e mais ampla com uma dimensão do sagrado que é, na sua essência última, encontro com o milagre temível de estar vivo e recusa ou suspensão temporária daquilo que a escritora designava por “pacto de mediocridade com a vida”.

Ora, nos seus contos e romances, são quase sempre personagens femininas que protagonizam estes acontecimentos singulares, tal como são elas que assumem disrupções ou mesmo ruturas definitivas com a dimensão meramente horizontal e imanente da existência, mesmo quando superficialmente possa ser sedutora ou até revestida de intelectualidade, libertando-se dos condicionamentos familiares e sociais que as tornam reféns da menoridade de Sentido, no que à vida diz respeito. A sua busca será então a do lado mais fundo e extremo e espiritual da vida, ou seja, iniciando a deriva das tradicionais margens rumo à verdadeira Margem-limite, afastando-se, por conseguinte, de qualquer conceito minorizante ou discriminatório de margem, enquanto espaço de limitação ou defetividade. Para tal, entrarão em conflito aberto com o género normativo que a sociedade lhes determinara, assumindo nos planos mental e/ou comportamental uma nova identidade de género a vários níveis subversiva da ordem estabelecida – quer essa ordem configure um conjunto de normas conducentes à tipificação de opções e comportamentos associados à estrita divisão de géneros, quer ela assuma apenas a dimensão imanente, razoável e previsível da existência comum e, na sua perspetiva, tristemente menor.

Assim acontecerá com a protagonista do romance inaugural de Lispector – *Perto do coração selvagem* -, escrito com apenas vinte e três anos mas já claramente uma obra-prima, na qual convergem precocemente muitos dos tópicos e dos pressupostos metafísicos da sua obra ficcional. Ao sentir-se confinada pelo casamento a uma espécie de vida sitiada e asténica, Joana, a protagonista luminosa e intensa, aquela que anseia «de qualquer luta ou descanso levantar [-se] forte

e bela como um cavalo novo», dá-nos a conhecer, pela mão da narradora-autora, o seu mais tumultuoso e indomável mundo íntimo:

A culpa era dele, pensou friamente, à espera de nova onda de raiva. [...] só raras vezes agora, numa rápida fugida, conseguia sentir. [...] Ele roubava-lhe tudo, tudo. [...] Antes dele estava sempre de mãos estendidas e quanto oh quanto não recebia de surpresa! De violenta surpresa, como um raio de doce surpresa, como uma chuva de pequenas luzes... Agora tinha todo o seu tempo entregue a ele e os minutos que eram seus ela os sentia concedidos, partidos em pequenos cubos de gelo que devia engolir rapidamente, antes que se derretessem. E fustigando-se para andar a galope: olhe, que esse tempo é liberdade! Olhe, pense depressa, olhe, encontre-se depressa, olhe...acabou-se! (Lispector, 2000: 88-89)

No extremo oposto, apresenta-se Lídia, uma personagem secundária, plana e, em parte, igualmente secundarizada pelos protagonistas do romance. Verdadeiro e linear paradigma da mulher-fêmea, recetáculo passivo e silencioso do homem, sem paisagem para além dos espaços doméstico e uterino, espera Otávio e a cria de ambos num contentamento plácido e paciente. Seu único poder reside na gestação do filho e da matéria espessa e igual dos dias, recolhendo em si o homem e suas vontades em estrita e pia obediência. Pelas mulheres, das quais se distancia, vitoriosa e alienada na sua pequenez, Lídia sente só desdém, mesmo e sobretudo por aquelas que se libertam, fulgurantes – ela que apenas se sente ser e existir pela mediação do homem, verdadeiro sopro inaugural de vida:

Otávio seguindo-a com os olhos... aquela certeza, nunca mais apagada, de que era alguém...[...] Havia de cuidar da criança e de Otávio, ora se havia...Recostou-se melhor na poltrona, o bordado escorregou para o tapete. Entrecerrou os olhos e o ventre assim crescia, farto, bri-

lhante. [...] Pousou a mão sobre os flancos ainda não deformados. De algum modo desprezava bastante as outras mulheres. (Lispector, 2000: 128-129)

Reduzida à sua função de apagada fêmea do homem e de gestante, Lídia é a própria figuração do feminino subalterno na esfera privada e marginalizado na esfera pública, encontrando na margem o seu perfeito habitat e a sua razão de ser. Joana, a disruptiva, reconhecendo pelo contrário as coordenadas da sua marginalidade imposta pela situação conjugal, evadir-se-á para um espaço que, não sendo o de uma cidadania ativa e reconhecida publicamente, é profundamente subversivo noutra dimensão: a das perigosas Margens inalcançáveis pela sociedade prudente e prática e por esses homens e mulheres comuns e temerosos, buscando a vida em prudentes horizontes e procurando sempre abrigo no conforto calmo de normas e estereótipos. Essas maiúsculas Margens projetam a existência numa dimensão vertical e larga, quase infinita, como a que caracterizará todas as protagonistas femininas nascidas da sua linhagem. Tal como Otávio reconhecera, Joana “era impossuída como o pensamento futuro” (Lispector, 2000: 184).

Outras personagens femininas, como Laura, do conto *A Imitação da rosa*, ou Ana, do conto *Amor*, mais inseguras e instáveis, contentar-se-ão com a visita violenta mas breve a esse espaço superior, a essa Margem fulgurante nascida da recusa de todas as margens concebidas pelo desígnio da norma. E assim voltarão a envelhecer, apagando o clarão por momentos entrevisto e “afastando-[se]do perigo de viver” (Lispector, s./d.: 26). Depois, sentar-se-ão quietas com os seus vestidos corretos, caseiros, e fazendo “o possível para não se tornar[em] luminosa[s] e inalcançável[eis]” (Lispector, s/d: 47). Outras, mais próximas do coração selvagem da vida, como a matriarca do conto *Feliz Aniversário*, ou Ângela Pralini, do conto

A partida do trem, quebrarão convenções e expectativas, recusando as atitudes e os papéis que a sociedade lhes havia prescrito. Num longo monólogo interior, sentada no *trem* que a levará para horizontes ilimitados, longe do marido que acaba de abandonar, Ângela Pralini atinge-nos como um relâmpago:

Eu não caio nessa de que o certo é ser infeliz, Eduardo. Quero fruir de tudo e depois morrer e eu que me dane! [...] Passividade. Eu não vou nessa também, nada de passividade, quero é tomar banho nua no rio barrento que se parece comigo, nua e livre! [...] Edu, você sabe?, eu te abandono. [...] E abandono o grupo falsamente intelectual que exigia de mim um vão e nervoso exercício contínuo de inteligência falsa e apressada. [...] Você é o deserto e eu vou para a Oceânia, para os mares do Sul, para as ilhas Taiti. Se bem que estragadas pelos turistas. Você não passa de um turista, Eduardo. Vou para a minha própria vida, Edu. E digo como Fellini: na escuridão e na ignorância crio mais. (Lispector, 2006: 220-221)

REFERÊNCIAS

- BADINTER, Élisabeth. (2001). *L'amour en plus : Histoire de l'amour maternel – XVIIe-XXe siècle*. Paris: Gallimard.
- BADINTER, Élisabeth. (2011). *Le Conflit – la femme et la mère*. Paris : Gallimard.
- CARLING, F. (1962). *And yet we are Human*. Londres: Chatto & Windus.
- CIXOUS, Hélène. (1989). *L'Heure de Clarice Lispector*. Paris: Des Femmes.
- DEL PRIORE, Mary e Bassanezi, Carla (Dir.). (2002). *História das Mulheres no Brasil*. S. Paulo: Ed. Contexto.
- DUBY, Georges & Perrot, Michelle (Dir.). (1994). *História das Mulheres. O século XIX*. (Trads. H. Cruz Coelho, I.M. Vaquinhas, L. Ventura, G. Mota). Lisboa: Ed. Afrontamento.

- FOUQUE, Antoinette. (2004). *Il y a deux sexes: essais de féminologie*. Paris: Gallimard.
- GOFFMAN, Erving. (1975). *Stigmate. Les usages sociaux des handicaps*. Paris: Minuit.
- GOTLIB, Nádia B. (2004). *Clarice Lispector: fotobiografia*. São Paulo: EdSUP.
- LAQUEUR, Thomas. (1992). *La Fabrique du sexe et le genre en Occident*. Paris: Gallimard.
- LISPECTOR, Clarice. (2000). *Perto do Coração Selvagem*. Lisboa: Relógio d'Água.
- LISPECTOR, Clarice. (2006). *Contos*. Lisboa: Relógio d'Água.
- LISPECTOR, Clarice. (s/d). *Laços de Família*. Lisboa: Relógio d'Água.
- MARTINS, Maria Teresinha. (1988). *O Ser do Narrador nos romances de Clarice Lispector*. Goiânia: CERNE.
- PERROT, Michelle. (1998). *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*. Paris: Flammarion.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (s./d.). *Émile ou de l'éducation*. Paris: Flammarion.

